

# Fernando Haddad responde categoria ...

## ... José Serra ignora os trabalhadores municipais

Logo após as eleições do primeiro turno a direção do Sindsep se mobilizou para questionar os dois candidatos que disputam a Prefeitura da cidade de São Paulo: Fernando Haddad e José Serra. Foram elaboradas seis questões básicas e que entendemos mais urgentes. No dia 10 de outubro os dois candidatos foram notificados

oficialmente pelo Sindsep e propusemos o dia 15 de outubro como limite para recebermos respostas a tempo hábil de elaborar um boletim para a categoria.

Conforme combinado o candidato Fernando Haddad entregou a resposta na data e o candidato José Serra ignorou os questionamentos. Poderíamos

escrever algo no sentido de comparar as respostas, mas a avaliação fica a critério do servidor, até para não lançar juízo de valor sobre os candidatos. Lamentamos muito que o candidato José Serra não tenha se mobilizado para responder as questões.

O Sindsep esclarece que não tem posição a favor de um candidato ou

outro, até porque é uma entidade sindical. No entanto, quando entrevistados todos os dirigentes (cidadãos) manifestaram apoio à candidatura de Fernando Haddad. Por questão legal entendemos que não seria adequado publicar as entrevistas com os dirigentes da entidade. A seguir a íntegra dos questionamentos.

### QUESTIONAMENTOS DO SINDSEP PARA OS CANDIDATOS A PREFEITO FERNANDO HADDAD E JOSÉ SERRA

O segundo turno para a Prefeitura de São Paulo trouxe como candidatos o petista Fernando Haddad e o tucano José Serra. Nós do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquia no Município de São Paulo (Sindsep) queremos saber quais são as pretensões dos candidatos para poder informar a nossa base. Existem demandas que são importantes para o bom andamento do serviço público e influenciam diretamente no cotidiano dos trabalhadores. Com mais informações podemos exigir e participar ainda mais da vida da cidade. Para tanto, seguem nossos questionamentos que serão divulgados em boletim específico. Aguardaremos resposta até o dia 15 de outubro, protocolada no Sindsep ou encaminha pelos e-mails: [imprensa@sindsep-sp.org.br](mailto:imprensa@sindsep-sp.org.br); [presidencia@sindsep-sp.org.br](mailto:presidencia@sindsep-sp.org.br). Caso não exista resposta informaremos a recusa aos servidores.

#### **1 – POLÍTICA SALARIAL**

Os servidores não têm reajustes adequados já faz muito tempo. Sendo assim não têm seu trabalho devidamente reconhecido. Queremos uma política salarial que recomponha a inflação do período para todos os servidores ativos e aposentados. Necessitamos também da mudança da atual Lei municipal que impede o reajuste salarial. Se eleito prefeito a Lei Salarial mudará possibilitando reajuste para todos os servidores?

#### **2 – REVISÃO DEMOCRÁTICA DO PCCS**

Os Planos de Carreiras, Cargos e Salários (PCCSs) precisam de uma revisão urgente. Precisamos planejar nossas vidas pelos próximos anos. No entanto, esses planos devem levar em consideração as necessidades dos trabalhadores e da sociedade. Para tanto, queremos a participação democrática dos trabalhadores e Sindicato numa revisão ampla e irrestrita. Se eleito prefeito, os PCCSs serão reestruturados com a participação democrática de trabalhadores e Sindicato?

#### **3 – ABERTURA DE CONCURSOS PÚBLICOS**

É necessário o aumento do número de servidores públicos e isso só é possível com abertura de concursos. Temos uma posição clara de defesa de um Estado forte e nos opomos à privatização dos serviços públicos, seja qual for. Se eleito prefeito, haverá promoção de concursos com a meta de diminuir gradualmente a privatização na nossa cidade?

#### **4 – COMBATE AO ASSÉDIO MORAL**

O assédio moral aumentou muito nos últimos anos dentro do serviço público municipal. Em especial por conta da “coronelização” dentro das subprefeituras. Queremos a revisão da Lei municipal que inibe a prática do assédio

com objetivo de estabelecer o trabalho decente e o cuidado com a saúde do trabalhador. Se eleito prefeito a política de nomeação indiscriminada de coronéis nas subprefeituras acabará? Se eleito prefeito, o assédio moral será combatido com participação dos trabalhadores e Sindicato?

#### **5 – FORTALECIMENTO DOS PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL**

O respeito aos processos de democracia participativa afiança a boa aplicação das políticas públicas municipais. Para tanto investimento de recursos nos Conselhos Municipais, Conselhos Gestores e demais espaços de participação, com oferecimento de cursos e formações para os conselheiros, investimento nas assessorias de finanças, jurídicas e outras, fazem-se necessários para o seu bom funcionamento. Se eleito prefeito, a democracia participativa será uma marca de sua gestão?

#### **6 – REESTABELECIMENTO DO SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE**

O reestabelecimento do diálogo qualificado entre os trabalhadores públicos e o governo municipal é parte integrante de um ambiente de trabalho democrático. Para tanto, faz-se necessário o restabelecimento do convênio, o aperfeiçoamento da legislação vigente, assim como articulação entre os governos federal, estadual e municipal. Se eleito prefeito, o Sistema de Negociação Permanente será retomado?



## Resposta do Candidato Fernando Haddad

A valorização do funcionalismo é fundamental para garantirmos políticas públicas de qualidade. Nos governos Lula e Dilma, entre 2003 e 2011, houve um crescimento médio de 120% nos salários, enquanto a inflação chegou a 52% no período, corrigindo distorções históricas e garantindo aumentos reais a todas as categorias de servidores federais.

Em São Paulo não deveria ser diferente. A população precisa de serviços públicos de qualidade, executados por trabalhadores valorizados pela administração municipal. Dessa forma respondemos ao SINDSEP, apresentando as propostas presentes no programa de governo de Haddad Prefeito:

Vocês devem se lembrar que entre 2003 e 2004, o governo Marta corrigiu a defasagem dos profissionais do nível básico e médio, reestruturando as carreiras. A carreira de Agente de Apoio teve elevado seu piso em 75%, passando de R\$ 238,26 para R\$ 418,69, quase dois salários mínimos da época. Os AGPPs, cujo inicial de carreira era de R\$ 422,11, passaram a receber R\$ 630,00, cerca de 50% a mais. Após essa medida, seria necessário, para manter o ganho salarial, estabelecer uma política salarial para o funcionalismo além das reestruturações das demais carreiras, o que não foi realizado por Serra e Kassab. Oito anos depois, os Agentes de Apoio no início de carreira, recebem míseros R\$ 440,39. Apenas 5% a mais do que em 2003 e 30% menos que o atual salário mínimo. Os profissionais de nível médio foram reajustados em 2,5% e o piso é de 645,74 Reais.

Nosso programa de governo possui um capítulo especial que trata da valorização dos Servidores Públicos Municipais onde são tratados temas como a democratização das relações de trabalho,

por meio de instituição de mesas de negociação permanente e outros canais de diálogo entre a prefeitura e o funcionalismo. Identificamos a necessidade de fortalecimento do Sistema de Negociação Permanente (SINP), criado no governo Marta e abandonado pelos governos de Serra e Kassab.

Nossa proposta é estabelecer uma política de revisão dos planos de cargos, carreiras e salários visando aprimorá-las. Em alguns casos, como o da vigilância em saúde já identificamos a necessidade de elaborar e fazer aprovar na Câmara Municipal uma estrutura organizacional que se adeque à preservação da saúde no município, com implantação de estrutura de cargos gerenciais, técnicos e de apoio, compatíveis. As demais carreiras precisam ser analisadas, o que faremos com a representação sindical dos trabalhadores. É preciso praticar o princípio do salário igual para trabalho igual e a capacitação permanente das equipes.

Atualizar a legislação referente ao funcionalismo, também é uma proposta nossa, sobretudo o Estatuto do Servidor Público Municipal de 1979, elaborado na ditadura e utilizado pelo atual governo como instrumento de coerção e assédio.

A lei salarial atual precisa ser reformulada com a representação dos trabalhadores pelo sindicato, pois não há nenhuma garantia de reposição de perdas, o que permitiu a Serra e Kassab, impor reajustes consecutivos de 0,01% aos servidores, ao passo que o atual Prefeito quase dobrou seu salário e aumentou em 250 % o de seu secretário. Teremos que olhar para todos os profissionais, pois além dos profissionais dos níveis básico e médio, os de nível superior estão sem reajustes há cinco anos.

Quero chamar a atenção para as condições dos trabalhadores da saúde que também necessitam de valorização. No Programa de Governo estamos nos comprometendo em garantir condições salariais adequadas, do salário igual para trabalho igual, capacitação permanente das equipes, com processo de trabalho articulado, em condições justas, favorecendo a integralidade da ação dos profissionais.

Nosso governo fará ainda uma campanha pela ratificação das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) números 100 e 111 que tratam da igualdade de condições de trabalho e salários entre homens e mulheres e do combate à discriminação racial no ambiente de trabalho.

As condições de trabalho e formação são também aspectos fundamentais para a valorização de servidores. Iremos reformular a Escola de Formação do Servidor Público Municipal, articulando-a com centros de excelência e dotando-a de estrutura adequada para a capacitação dos servidores. Faz-se urgente criar uma política integrada de saúde do servidor público municipal e requalificar o Hospital do Servidor Público Municipal, uma vez que Serra e Kassab sucatearam o HSPM e desmontaram o DESS.

A presença de um Estado forte nas políticas públicas é essencial para que os direitos da população sejam respeitados. Estamos propondo intensificar as parcerias com o governo Federal de forma a implantar os programas existentes na área de saúde, educação, esporte, lazer, cultura e assistência social para um melhor atendimento da população paulistana. Mas a execução dessas políticas no âmbito municipal depende dos servidores e servidoras. Por isso, se faz necessário a promoção de concursos públicos que supram a necessidade da cidade como pode ser observado no nosso Programa de Governo: contratação de pessoal qualificado na área de vigilância da saúde, mediante concurso público; garantia da realização periódica e sistemática de concursos públicos de ingresso no magistério; contratação de agentes públicos, por meio de concurso, para dar sustentação ao planejamento, à execução e ao monitoramento da Política Municipal de Educação Ambiental e de outras políticas integradas; fortalecer a Guarda Civil Metropolitana com aumento de efetivo, modernização de equipamento e formação continuada entre outras.

Algumas ações dos governos Serra e Kassab têm andado na contramão do fortalecimento das políticas públicas como no caso da Atividade Delegada realizada pela polícia militar do Estado que não poderia levar ao sucateamento da Guarda Civil Metropolitana, como acontece atualmente.

No caso da saúde, além de não haver investimento suficiente, não há fortalecimento das equipes de saúde, havendo necessidade, de se definir uma política de pessoal, reafirmando a adoção legal de processos de contratação, com adequada seleção pública e de acordo com as diretrizes do SUS. O modelo institucional de gestão e controle social precisa ser reorganizado com garantia de participação dos trabalhadores e da população na gestão, defesa e valorização do papel e da autonomia das instâncias de controle social, retomada da direção pública da gestão regional e microrregional do sistema municipal de saúde, reforço da gestão pública dos serviços públicos municipais de saúde e, gradativamente, a direção das unidades de saúde estatais do município, assegurando um quadro de servidores municipais contratados por meio de adequados processos seletivos públicos, que atenda ao quantitativo de trabalhadores de saúde necessários aos serviços.

A política de militarização das subprefeituras do atual governo é antagônica à proposta pela qual criamos as subprefeituras. Vamos descentralizar e valorizar as Subprefeituras, tanto quanto ao orçamento municipal, quanto à sua execução. Os subprefeitos e a estrutura local devem ser valorizados, dotando-os de capacidade de decisão para enfrentar os desafios e reduzir as desigualdades regionais. Descentralizaremos também as ações das diversas áreas sociais (saúde, educação, assistência social, cultura e esportes) e, para tanto, as subprefeituras precisam deixar de serem quartéis. O assédio moral no serviço público também deve ser combatido, com participação dos trabalhadores e dos sindicatos.

A democracia também não se estabelece pela centralização de poder, recursos e ações como fez Serra na educação em 2005. Iremos descentralizar a gestão municipal da educação, recriando as coordenadorias de educação em cada subprefeitura.

Nas escolas, os conselhos precisam ser fortalecidos como ferramentas de participação e exercício da cidadania, com as devidas ações de formação política, bem como devemos implementar o Conselho Regional dos Conselhos de Escola (CRECE).

Haddad pretende articular a Política de Assistência Social de São Paulo com a Política Nacional pela efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), descentralizando e democratizando também, a gestão e execução da assistência social, atribuindo-as aos territórios correspondentes nas 31 subprefeituras.

Dentro do eixo de gestão, há um Sistema Municipal de Participação Popular e Cidadã com diversos Conselhos, Conferências e outras ações e instrumentos democráticos, incluindo os Conselhos de Representantes nas Subprefeituras.

Quanto à reorganização do controle social prevista para a saúde, além de ações descentralizadas na Secretaria, é preciso garantir participação dos trabalhadores e da população na gestão, fortalecendo o controle social exercido pela Conferência Municipal de Saúde, pelos Conselhos Gestores e Conselho Municipal de Saúde. Diferentemente das perseguições e boicotes realizados pelo atual governo defender e valorizar o papel e a autonomia há o compromisso de das instâncias de controle social e adotar medidas visando à revogação do Decreto nº 52.914/2012, que adultera a livre participação. O processo de controle social do SUS será praticado prá valer no âmbito da gestão dos serviços e instituição de processos de gestão participativa. Somente dessa forma, cumprimos os princípios da administração pública da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



**... José  
Serra não  
respondeu  
aos  
trabalhadores  
municipais**

# Atuação do Sindsep nas eleições 2012

O Sindsep procurou os vereadores no primeiro turno para se posicionarem a respeito do PL 155, que trata do reajuste salarial dos servidores públicos municipais. Alguns vereadores se posicionaram favoráveis ao reajuste proposto pela Comissão de Constituição e Justiça e outros não se manifestaram. Utilizamos a resposta ou a omissão para informar toda a categoria. Esse boletim cumpre papel análogo no segundo turno, mas agora os sujeitos são os candidatos a prefeito. A partir de 2013 o Sindsep lançará um ranking, pontuando os vereadores nas questões específicas de interesse do servidor. Esse ranking ficará exposto no nosso site, nas mídias sociais e nos nossos boletins. Acompanhe, divulgue, cobre seu vereador.

## QUEM É QUEM NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Servidor Público está informado e sabe quem é favorável e quem é contra o reajuste para os trabalhadores. Dia 7 de outubro tem resposta nas urnas. Vereador que é contra trabalhador terá um exército de 212 mil trabalhadores nas ruas informando a população da sua péssima atuação na Câmara Municipal. É hora de renovação!

### SIM VEREADORES QUE APROVAM O IMEDIATO REAJUSTE DOS SERVIDORES



### NÃO VEREADORES QUE NÃO APOIAM NENHUM TIPO DE REAJUSTE AOS SERVIDORES



**COMBATE AO ASSÉDIO MORAL NA PMSP**

Você sabia que na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) a Lei 13.288/2002 pune o assédio moral?

**ASSÉDIO MORAL DENUNCIE!**

Denuncie no Sindsep  
Tel.: 2129 2999  
diretoria@sindsep-sp.org.br  
www.sindsep-sp.org.br

**SINDSEP**  
Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo

CONFETAM

Jornal do Sindsep - Municipais/SP

Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo  
Rua da Quitanda, 162 - Centro - Tel. (11) 2129 2999  
São Paulo/SP - CEP 01012-010

IMPRESSO ESPECIAL  
9912277068-DRSPM  
SINDSEP  
CORREIOS

IMPRESSO

END. DEVOLUÇÃO: Rua da Quitanda, 162 cep: 01012-010 - Centro - SP

PARA USO DO CORREIO	DATA	REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM
<input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Ausente		
<input type="checkbox"/> Não Procurado <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado <input type="checkbox"/> Inf. escrita p/port/sindico	ASSINATURA E Nº DO ENTREGADOR	

